ELEVAR A EDUCAÇÃO: A GESTAÇÃO DO CAMPO HISTÓRICO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM AQUIDAUANA (DÉCADA DE 1970)*

TIAGO ALINOR HOISSA BENFICA
Universidade Federal da Grande Dourados
Doutorando em História (Bolsista CAPES)

RESUMO: A implantação do campo histórico em Aquidauana na Universidade pública ocorreu junto às atividades do curso de Estudos Sociais, a partir da ativação do CPA, unidade da UEMT, no período em que houve a primeira grande expansão do ensino superior no Estado como parte de um conjunto de obras modernizadoras e, no âmbito nacional, as políticas públicas educacionais do contexto da Lei 5.692/71. Os Centros Pedagógicos da UEMT tinham o papel de garantir a existência de um quadro de professores formados dentro da legislação da época. Nesse contexto, o artigo aborda as forças e estratégias utilizadas na criação do CPA, a arregimentação de professores, os avanços e recuos do campo histórico em Aquidauana, tendo em vista o papel de iniciativa dos agentes do campo e a relação de dependência do campo histórico com a Instituição.
Palavras-chave: Centro Pedagógico de Aquidauana; campo histórico; Estudos Sociais.

Raise education: the gestation of the historical field in the public University in Aquidauana (the 1970s)

ABSTRACT: The implementation of the historical field in Aquidauana in the public University occurred with the Social Studies course activities, from the activation of the CPA, UEMT's unit, in the period when there was the first great expansion of higher education in the state as part of a group of modernizing works and, at the national level, the context of public educational policies of Law 5.692/71. UEMT's Pedagogical Centers had the role of ensuring the existence of a cadre of graduated teachers within the legislation of the time. In this context, the article discusses the power and strategies used in the creation of the CPA, regimentation of teachers, the forward and rewind of historical field in Aquidauana, in view of the role of

* Este artigo é um fragmento da tese de doutorado em História, ainda inconclusa, intitulada *Profissionais da História*: institucionalização do campo histórico na universidade pública em Mato Grosso do Sul, realizado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados. A tese pretende contemplar a institucionalização do campo histórico nas unidades da UEMT/UFMS de Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Aquidauana.

initiative of the field agents and the historical field dependent relationship with the Institution.

Keywords: Centro Pedagógico de Aquidauana; historical field; Social Studies.

A implantação da escola de ensino superior

A implantação da Universidade pública em Aquidauana efetivou-se com o início das atividades do Centro Pedagógico de Aquidauana/CPA, [1] em 1971, como unidade pertencente à Universidade Estadual de Mato Grosso/UEMT. Além de Aquidauana, a região a ser abrangida pelo CPA correspondia às cidades de Anastácio, Miranda, Nioaque, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Bonito. A atuação do Centro Pedagógico foi ainda mais dilatada pelos projetos políticos que envolveram a Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso e a UEMT, como a implantação e execução dos cursos de licenciatura curta parcelada, financiados pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC.

O projeto de criação das Universidades em Mato Grosso foi gestado durante o governo de Pedro Pedrossian (1966-1971), concebido pelos seus partidários como instrumento de desenvolvimento econômico, aproveitando-se do contexto de modernização do aparelho estatal durante o governo militar. Tanto a Universidade Estadual quanto a Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT – cujos prédios foram construídos com os recursos do governo estadual – eram representadas como *farol a expulsar as trevas do subdesenvolvimento, que só será eliminado à medida em que a educação atingir a tôdas as camadas populares* (...)[2]. Às Universidades cumpririam também uma função de proteção da sociedade mato-grossense, uma vez que ofereceria oportunidades de ascensão social para a juventude local, na medida em que diminuía o fluxo migratório de filhos de proprietários ou de classe média que buscavam estudar em outros estados do país, e lá eram atraídos por oportunidades de emprego.

[1] O CPA foi criado pelo decreto estadual nº 1.146, de 13 de agosto de 1970. O *Processo de Autorização de Funcionamento* foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso/CEE-MT por meio do parecer nº 14/71, de fevereiro de 1971, o qual designava, através das ordens do Reitor da UEMT, a professora Dóris Mendes Trindade para responder pela Direção do CPA, cargo que ocupou até o ano de 1974. Ofício nº 234/72, como resposta ao questionário encaminhado pelo ofício nº 711/72-R, da Reitoria da UEMT à Direção do CPA. Da Diretoria do CPA ao Chefe de Gabinete da Reitoria da UEMT. Aquidauana, 12 de outubro de 1972. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.

[2] Álbum especial do Govêrno de Pedro Pedrossian. *Mato Grosso, um salto no tempo.* Brasília, 1971: 11.

As Universidades criadas durante o governo de Pedro Pedrossian faziam parte de um conjunto de obras de infraestrutura visando a modernização do Estado, e a construção de escolas primárias, secundárias e de ensino superior foram incluídas nas estratégias políticas do último governador eleito pelo voto direto em Mato Grosso, antes da divisão do estado em 1977. Uma vez implantada as Universidades, autorizado o funcionamento dos cursos e encaminhada a contratação de funcionários, o papel de dinamização e de manutenção das atividades universitárias deslocavam-se, em boa medida, dos agentes do poder político para os agentes institucionais, sobretudo os professores, que dinamizavam o próprio campo de conhecimento e/ou a Instituição.

Em Mato Grosso, o termo desenvolvimento manifestava-se na lógica da identidade frente ao "estigma do atraso"[3] da economia regional. Em vista dessa representação, discursos oficiais apontavam para o Estado a incumbência de investir na formação de técnicos de nível superior, convindo à universidade a criação de cursos de interesse regional para alavancar o progresso econômico. O desenvolvimento social e, talvez, o cultural, era projetado como consequência do econômico. Para atingir essa meta, apontava-se a necessidade de uma base educacional para o desenvolvimento técnico científico, de profissionais com *know-how* para participarem diretamente do crescimento econômico, e de outros que atuariam indiretamente no projeto de sociedade.

Visando a qualificação dos profissionais da educação de 1º e 2 graus, encontra-se o papel dos *campi* implantados no interior do Estado – exceto na sede da UEMT –, com a presença dos cursos de licenciatura em História e/ou Estudos Sociais. Ainda que o trabalho do professor da rede escolar não interferisse diretamente na economia local, os Centros Pedagógicos tinham, para o Estado, a função de "formar formadores" de cidadãos, a fim de "promover o desenvolvimento cultural" da população. Em termos práticos, o que se objetivava era garantir a existência de um quadro de professores para lecionar aos alunos das escolas primárias e secundárias, preparando o terreno para a implantação de cursos superiores financeiramente mais rentáveis, como os relacionados às engenharias e às profissões da saúde, áreas melhor remuneradas pelo mercado de trabalho.

[3] As representações negativas referentes à identidade mato-grossense foram contempladas no trabalho de Lylia Galetti (2000) ao analisar os discursos sobre o "estigma da barbárie" feitos pelos próprios mato-grossenses e por viajantes. Internamente no Estado, observam-se estigmas regionais que parecem converter-se de uma disputa acerca da identidade coletiva a fim de barganhar recursos públicos, a partir do século XX em Mato Grosso, e que permaneceu após a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

O Centro Pedagógico de Aquidauana foi a última unidade da UEMT a ser criada no sul do antigo estado de Mato Grosso. O projeto de criação da UEMT foi sancionado pelo governador com a Lei 2.947, em setembro de 1969, e implantada em 31 de janeiro de 1970. Até essa data, as unidades incorporadas à Universidade estavam em Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Dourados. Já o Centro Pedagógico de Aquidauana foi criado por meio da Lei nº 1.146, de 13 de agosto de 1970. Desse modo, observa-se que o CPA não estava no projeto original da UEMT, e fontes orais demonstram que a implantação desse Centro Pedagógico foi encampada por políticos locais que, após garantir a viabilidade política do projeto, confiaram à professora Dóris Mendes Trindade [4] a tarefa de institucionalizar a Universidade em Aquidauana.

Fato que favoreceu a criação do CPA, no início da década de 1970, era o futuro governador do Estado, advogado José Manuel Fontanillas Fragelli, que assumiria o governo em 1971, residir em Aquidauana. O então governador, engenheiro Pedro Pedrossian, desejoso de manter cordialidades com seu sucessor, decidiu contemplar a cidade com a criação do Centro Pedagógico. As negociações foram intermediadas pelo então prefeito, Fernando Lucarelli, e outros membros da localidade que tinham acesso e mantinham relações pessoais com indivíduos influentes na esfera do poder político estadual (Entrevista Joana Neves, 2014).

O Centro Pedagógico de Aquidauana iniciou suas atividades de ensino em 29 de março de 1971, em sede provisória, anexo ao Centro Educacional José Alves Ribeiro/CEJAR, com os cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais e Letras. A sede definitiva já havia sido adquirida pelo governo do Estado, em 1969, ao comprar uma construção inacabada pertencente à Congregação dos Padres Redentoristas, ao lado da Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição. O término das obras ocorreu no início do ano de 1974.

Antes da publicação do edital para o primeiro vestibular, em janeiro de 1971, as prefeituras e a imprensa da região foram comunicadas sobre o provável oferecimento de

[4] As fontes utilizadas neste trabalho manifestam a existência de uma memória coletiva consensual sobre as iniciativas dos "pioneiros" da Universidade em Aquidauana. No momento, a intenção deste artigo é apresentar um texto com caráter mais informativo sobre a institucionalização do campo histórico em Aquidauana. Para a conclusão da pesquisa de doutorado, nota-se a necessidade de aprofundar a reflexão no manejo com os relatos orais e com as fontes escritas, a fim de lapidar a crítica acerca dessa memória.

cursos de nível superior (VERZA FILHO, 1996). Naquele ano, foram oferecidas 20 vagas por curso, sendo ampliadas para 30 em 1972. No primeiro ano dos cursos, Estudos Sociais teve 20 matrículas e Letras 18; no segundo ano, Estudos Sociais teve 31 matrículas e Letras 25.[5]

Da política institucional arquitetada no CPA, diversas fontes fazem referência à memória de Dóris Mendes Trindade[6], também registrada pela revista *Brasil Universitário*:

> As gestões iniciais para fundação de uma casa de cultura superior em Aquidauana vinculam o esforço de Dóris Mendes Trindade à história do Centro Pedagógico de Aquidauana que pôde aflorar já com aproveitamento da experiência dos co-irmãos mais cedo implantados na área da Universidade matogrossense do sul. Criou-se o Decreto-Lei nº 1146, de 13 de agosto de 1970. A ele sucede o Parecer nº 31-CEE, de 23 de novembro de 1973 na homologação dos seus cursos assim autorizados: Letras, com licenciatura de 1º e 2º graus com Português e Inglês no último deles; Estudos Sociais, com licenciatura de 1º grau e habilitação em Geografia e História para o 2º grau; Ciências, com habilitação para o 1º grau. Coordenando os Cursos há os departamentos de Letras, para Comunicação e Expressão; Estudos Sociais, para os estudos de Geografia e História; Ciências, para os estudos do respectivo campo e de Educação para as disciplinas pedagógicas. (*Brasil Universitário*, 1978: 29).

Na concepção do projeto de criação do CPA, Dóris Trindade contou com o apoio de sua amiga e colega Joana Neves que, mesmo antes do início das atividades do Centro Pedagógico, auxiliou-a na arregimentação dos professores. Em novembro de 1970 foi realizado um Seminário para discutir a criação da Universidade em Aquidauana, tendo

[5] Ofício nº 42/72. Da Diretoria do CPA à Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UEMT. Assunto: Relações de Matrículas (encaminha). Aquidauana, 07 de abril de 1972. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.

[6] A trajetória de Dóris Trindade, nascida em 1936 e falecida em 1982, insere-se em um contexto de significativas transformações na estrutura da educação brasileira. Dóris concluiu o Ensino Secundário Clássico no Colégio Santa Marcelina, em São Paulo, e graduou-se em Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiæ, em dezembro de 1957. As atividades no campo educacional de Dóris começaram em Aquidauana, no final da década de 1950, no Ginásio Estadual Cândido Mariano e no Ginásio Paroquial Nossa Senhora da Imaculada Conceição/GIC, instituição em que Dóris havia coordenado os preparativos de instalação. No ano de 1965, escreveu e publicou crônicas no recém-inaugurado jornal O *Pantaneiro* de Aquidauana. Em seguida, Dóris trabalhou no Serviço de Ensino Vocacional, no estado de São Paulo. Ao retornar a Aquidauana, em 1970, Dóris coordenou os preparativos para a instalação do Centro Pedagógico de Aquidauana, para o qual foi nomeada primeira diretora, e foi coordenadora da Escola Estadual Cândido Mariano. Em 1971 ainda lecionou no CEJAR a disciplina de Português e foi coordenadora da referida escola. Em 1974, Dóris foi nomeada membro do CEE-MT. No mesmo ano, surgiram os sintomas de uma rara doença, e iniciou-se o processo de desligamento de suas atividades. Vale registrar que, no início da década de 1970, Dóris começou o seu curso de mestrado no estado de São Paulo, mas, devido à enfermidade, teve de abandonar este projeto. Além do seu legado político-institucional e pedagógico, acrescente-se incursões ao campo literário, legando crônicas e poemas que não foram publicados. Devido essa trajetória dinâmica, que a caracteriza como uma agente do campo educacional, a memória de Dóris recebeu homenagens de amigos e políticos, muitas delas póstumas. Parte de seu arquivo pessoal encontra-se na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade, em Aquidauana.

participado cerca de 15 professores da própria cidade e outros provenientes do estado de São Paulo.

O quadro docente do CPA foi formado por professores egressos do Serviço de Ensino Vocacional/SEV, outros professores do interior de São Paulo, professores de Aquidauana e da cidade de Campo Grande. Alguns desses professores concentravam as aulas no CPA e residiam na cidade de Campo Grande (Correspondência Eletrônica Joana Neves, 2014).

O deslocamento regular de professores teria proporcionado incentivos à socialização nos anos iniciais do CPA, pois, antes da Universidade possuir infraestrutura para acolher os professores transeuntes, o oferecimento de pouso e alimentação era feito pelos colegas residentes na cidade, estimulando a sociabilidade e o sentimento de reciprocidade. Quando os professores de Aquidauana dirigiam-se a Campo Grande, lá eram abrigados da mesma forma. Posteriormente, essa situação trouxe consequências institucionais para a manutenção e a ampliação das atividades do CPA.

Estruturalmente, o município de Aquidauana oferecia certos "confortos" ao corpo docente do CPA, uma vez que era servido pelos trens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil/NOB. Em Aquidauana, a ferrovia foi importante elemento que contribuiu para o trânsito de professores, estando registrado que alguns professores viajavam semanalmente a Aquidauana, na quinta e na sexta-feira, *fazendo cumprir a Carga Horária nessa ocasião*.[7]

Os professores trazidos por Dóris Trindade, que trabalharam e residiram em Aquidauana, inseriram-se na sociedade, fruto das relações estabelecidas entre a Universidade e a comunidade, chegando a exceder os aspectos institucionais, conforme as palavras do professor Arnaldo Begossi:

> Você conseguia um diálogo maior, e o nosso pessoal era muito aberto, então deu para fazer contato na comunidade. Um aluno, vamos supor, convidava a Joca [Joana] para ir almoçar no domingo, e aí a Joca ia almoçar no domingo com a família. Às vezes convidada para ir para uma fazenda e a gente ia. E o pessoal falava: – mas a gente achava que vocês eram diferentes! Você sentar para tomar cerveja com o dono da casa, nossa! Ele achava aquilo o máximo (Entrevista Arnaldo Begossi, 2013).

Além de professores, havia a necessidade de arregimentar alunos para a Universidade em Aquidauana. Nesse sentido, o corpo docente demonstrou-se arrojado à

[7] Ofício nº 18/71, da Diretora do CPA à Sub-Reitoria de Administração Geral. Aquidauana, 06 de abril de 1971. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.

tarefa. O professor Arnaldo Begossi destaca uma de suas lembranças sobre os trabalhos de divulgação dos vestibulares do CPA, junto ao espírito de iniciativa dos agentes do campo universitário:

> O tal negócio que é importante. Você tem uma idade, você tem um determinado sonho típico da idade. Então aquilo que dava, você saía quatro, cinco horas, não comer nada, não sabia nada, não via nada o que ia encontrar. Quando muito você conseguia um sanduíche, e água e acabou. (…) Houve ocasiões de doações [de livros] de eu não ter dinheiro para trazer os livros. Quando era Faculdade Estadual, nós chegamos a ficar dois ou três meses sem receber. E aí o pai da Dóris que tinha um comércio, além de fornecer gêneros alimentícios, emprestava dinheiro para a gente. (Entrevista Arnaldo Begossi, 2013).

O CPA foi fundado por professores da área de humanas diretamente afetados pelo fim da experiência do SEV, criado pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo. As aulas dos Ginásios Vocacionais começaram em 1962, e a experiência se encerra abruptamente em 1969, na esteira dos expurgos de funcionários públicos realizados após a publicação do Ato Institucional nº 5 – AI 5 –, de dezembro de 1968 (NEVES, 2010). O encerramento dessa experiência educacional estimulou professores a buscarem alternativas profissionais. Dóris Trindade convidou alguns professores dispostos a lecionar em Aquidauana, no ensino superior, onde buscaram transplantar a metodologia do SEV, conforme se verifica no relato da professora Joana Neves:

> Os principais aspectos dessa influência eram: a concepção de ensino como produção de conhecimento, trabalho de equipe (tanto para professores como para os alunos) e daí a ideia de educação integral e integrada, avaliação contínua e diagnóstica, autoavaliação, bem como a aplicação de metodologias de ensino e de pesquisa inovadoras, agora na perspectiva das necessidades do ensino superior. Era do Vocacional, também, a ideia de integração da escola com a comunidade e, consequentemente, a consideração do LOCAL como referência para a formulação dos projetos e práticas educativas. (Correspondência Eletrônica Joana Neves, 2014).

Segundo Joana Neves, a promulgação do AI 5 tornou incerta a continuidade das atividades do SEV. Em janeiro de 1969, as professoras Joana Neves e Dóris Trindade, de férias em Aquidauana, receberam do professor Antônio Salústio Areias um convite para lecionar nas escolas estaduais da cidade, onde as mesmas seriam – como teria dito o professor Areias para Joana –, "amigas do rei", dispondo de liberdade para ensinar, e comunicou ainda a intenção da criação de uma unidade em Aquidauana da nascente Universidade Estadual (Entrevista Joana Neves, 2014). Em meados de 1970, após o início do desmantelamento do SEV, Dóris Trindade retorna a Aquidauana e inicia os trabalhos administrativos para a instalação do Centro Pedagógico. Dóris é uma das conterrâneas que buscou os estudos em outros estados do país e, aproveitando-se do contexto favorável,

contribuiu para a expansão do ensino superior no interior mato-grossense:

> E aí, a Dóris, que tinha as ideias dela sobre a necessidade de interiorização do ensino superior no Brasil, muito ligado ao curso que ela tinha feito sobre educação na América Latina[8] lá na USP. Ela falava isso desde Barretos, quando a gente foi colega. Começamos a trabalhar no Vocacional em 66, e de vez em quando nas conversas ela falava disso. (Entrevista Joana Neves, 2014).

No currículo dos Ginásios Vocacionais, estava a área de Estudos Sociais, considerada central na elaboração do planejamento das atividades temáticas, em torno do qual se estruturava o *core curriculum* da proposta experimental do SEV.

Existem muitas diferenças entre a concepção da área de Estudos Sociais implantada no SEV – que dispunha de dois professores executando o mesmo trabalho, geralmente, um formado em História e outro em Geografia – e o entendimento adotado pelas políticas públicas de educação durante o regime militar que, na prática, transformou os Estudos Sociais em disciplina:

> [Nos Ginásios Vocacionais] Estudos Sociais é uma área, é uma área de estudos, não é uma disciplina, não é uma matéria de estudos. O que você entende por área? Um espaço para o qual devem concorrer diferentes especialistas para dar conta da produção de um conhecimento sobre a produção de alguma coisa que exija a contribuição de cada um dos conteúdos. O fato do Ensino Vocacional ser temático, é o que fundamentava a ideia de existir uma área de Estudos Sociais (Entrevista Joana Neves, 2014).

Com a Lei 5.692/71, o professor desejado pelo governo federal para assumir as aulas de Estudos Sociais no 1º grau era o formado em cursos de licenciatura curta, que inicialmente objetivavam substituir ou treinar o professorado leigo. Nesse projeto de "modernização conservadora" da educação, o professor teria de ser capaz de atuar em condições precárias de trabalho, como, por exemplo, na ausência de tempo para um efetivo planejamento e autoavaliação das atividades, condição esta que, por consequência, excluía a possibilidade de um trabalho em equipe bem articulado. Também por esses motivos, a introdução da disciplina Estudos Sociais e dos cursos de licenciatura curta costumam ser interpretados como uma estratégia da ditadura militar para desqualificar a profissão docente e desarticular o papel do ensino da história (FONSECA, 1993).

[8] Segundo Jandira Trindade (Entrevista 2013), Dóris interessou-se pelo SEV após realizar o *Curso de Especialistas da Educação em América Latina*, entre março e dezembro de 1964, organizado pelo Instituto de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura. *Certificado de Dóris Mendes Trindade*. Acervo Dóris Mendes Trindade, arquivado na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade, Aquidauana-MS.

O cultivo do campo histórico em Aquidauana

Em um contexto pouco empolgante para intelectuais que simpatizavam com as ideias da esquerda política, na cidade de Aquidauana, a criação dos cursos de licenciatura curta, por professores também idealistas, foi uma tentativa de ajustar certa filosofia da educação ao contexto político de então, tendo em vista não perder os traços essenciais da experiência que o grupo de professores trazia do SEV.

No âmbito do campo histórico, as fontes utilizadas neste trabalho apresentam discursos dos seus agentes que, mesmo descontentes com os encaminhamentos oficiais dos *affaires* da educação, enfatizam seus esforços em proporcionar qualidade a seus trabalhos nos cursos de Estudos Sociais e de História, obviamente, ressaltando sua predileção à licenciatura plena em História.

Os professores do CPA planejaram o curso de Estudos Sociais e Letras com uma carga horária a ser ministrada em três anos de duração. Para Joana Neves, a montagem da carga horária foi uma manobra, possibilitada pela expertise no trato com a legislação educacional aprendida no SEV:

> (...) em Aquidauana, driblamos a lei. No final de 1970, quando nós montamos os currículos dos cursos, a legislação que organizaria a educação nacional ainda não havia sido aprovada (...). Então, aproveitando o limbo legislativo, montamos as licenciaturas curtas com três anos de duração.
> Em 1972, em virtude da legislação federal (...) e da elaboração e aprovação dos Estatutos da UEMT, nós tivemos que reestruturar os currículos porque, então, a Licenciatura Curta (curta mesmo) teria que ser concluída em três períodos semestrais, isto é, em UM ano e meio, sendo que os alunos que se defasassem teriam, no máximo, três anos para completar o currículo. Mas, em Aquidauana, em perfeita consonância com os alunos, nós mantivemos, mais ou menos, os três anos de duração – como termo máximo – inserindo, porém, algumas disciplinas que correspondiam à licenciatura plena. Deste modo, acrescentando, no caso da primeira turma, mais três semestres, nós conseguimos estabelecer uma complementação para as Licenciaturas Plenas: de História ou Geografia e de Português ou Inglês, segundo as opções feitas, respectivamente, pelos alunos da turma de ES [Estudos Sociais] e pelos alunos da turma de Letras. As turmas seguintes tiveram que seguir o currículo curto, mas já dispunham da complementação para a licenciatura plena (Correspondência Eletrônica Joana Neves, 2014).

A "legislação federal" referida pela professora Joana trata-se, na verdade, da Resolução do Conselho Federal de Educação/CFE nº 8/72, de 9 de agosto de 1972[9], que

[9] Publicada no Diário Oficial da União, em 25 de agosto de 1972.

normatizou o currículo mínimo de Estudos Sociais, e estabeleceu no Art. 4°: *a licenciatura de 1° grau em Estudos Sociais terá a duração mínima de 1.200 horas de atividades, com integralização a fazer-se, no mínimo de um e meio e no máximo de quatro anos letivos*. O Art. 4º da Resolução aponta que se trata do currículo mínimo, e, dessa forma, permitia a ampliação da carga horária. É o que explicita o Art. 6° da mesma Resolução, ao recomendar *que onde e quando haja condições, proceda-se a ampliação dos mínimos de duração previstos nos artigos 4° e 5° desta resolução*. No entanto, o relato da professora Joana acompanha o raciocínio de Selva Fonseca (1993: 27) sobre a obrigatoriedade das *1.200 horas* para os cursos de licenciatura curta. Nesse ponto, existe um problema entre a memória dos personagens, o conteúdo da documentação – a Resolução CFE n° 8/72 – e as condições e intenções da Instituição.

A adoção da carga horária mínima para os cursos de licenciatura curta pode estar associada às intenções da Universidade em suprir rapidamente a carência da mão de obra regulamentada pelo Estado – o professor graduado –, assim como representar uma dificuldade dos agentes do campo em acessar as regulamentações oficiais da Educação ou negociá-las diante da Instituição e sua clientela. Também não se pode perder de vista que, um currículo com carga horária maior, pode implicar na contratação de mais professores.

No CPA, as atividades de ensino tiveram como lema a interdisciplinaridade, sobretudo quando se tratava de fazer frente ao déficit de conhecimento dos alunos, realçado na entrevista com o professor Mário Baldo:

> Como que você, você tem um cara que, por exemplo: Filosofia. História tinha Filosofia? Houve época que não havia Filosofia em História. Mas acontece que em Letras, podia ter alguém que podia estar precisando de uma certa base filosófica. Aí o Arnaldo entrava com essa, ou dar aula de História do Brasil. Por exemplo, eu dei aula para o curso de Letras, de História Moderna, porque me pediram, por conta que a turma não sabia o que era um burguês, o que era o comércio na Idade Média (Entrevista Mário Baldo, 2013).

O professor Arnaldo Begossi, detalha mais a influência da experiência do SEV no Centro Pedagógico, e destaca atitudes de intervenção na sociedade e destaca a motivação "neobandeirante" do corpo docente:

> Nesse sentido, era interessante que quando montamos o Centro [Pedagógico], nós trouxemos também as ideias do Vocacional. Nós dávamos aulas com dois ou três professores em sala de aula; nós fazíamos estudos do meio; abolíamos a cátedra, e havia uma convivência nivelada com os alunos. Isso foi muito bom, tendo em vista que a cidade, a maioria era de pessoas sem cursos universitários. Então foi uma maneira de conseguirmos penetrar na comunidade. Desenvolvemos uma série de atividades, Jogos da Primavera, comemorações juninas, feiras de artesanato, exposições de arte, grupos de teatro. Tentamos acelerar um processo cultural. E aí o curso de Estudos Sociais e o curso de Letras gradativamente foram

> transformados. O de Estudos Sociais virou História e Geografia (...) (Entrevista Arnaldo Begossi, 2013).

As ideias trazidas pela experiência do Vocacional floresciam com o apoio de personalidades que respaldavam o trabalho docente. Para alguns professores, o sul do antigo estado de Mato Grosso foi um local de refúgio durante a ditadura militar para pessoas que haviam passado por problemas políticos ou tiveram seus projetos dificultados pela repressão. Apesar de delgados, os tentáculos do regime militar faziam-se perceber na região, mas, por vezes, somavam-se aos ideais progressistas de professores, como se percebe na narrativa da professora Joana Neves:

> (...) trabalho de e em equipe era a nossa marca registrada; até mesmo para ministrar algumas disciplinas nós formávamos equipe. Foram, por exemplo, o caso de Metodologia Científica, para a qual, por motivos de ordem teórico/metodológica e pedagógica, foram escalados três professores, para trabalharem com as ciências humanas, exatas e naturais e com língua e literatura. A Disciplina era oferecida para os dois cursos. O outro caso, por motivos políticos, a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros – tornada obrigatória em todos os cursos superiores – era também atribuída a dois ou três professores, sendo um deles, necessariamente, um Capitão do Exército, que era professor de Literatura e que, do alto da sua patente insuspeita, respaldava o trabalho dos professores "marxistas", da área de ES [Estudos Sociais], que atuavam com ele (Correspondência Eletrônica, Joana Neves, 2014).

No CPA, a professora Joana Neves protagonizou o fomento do campo histórico junto com a professora Dorothéa Viviani da Glória Beisigel. Uma das estratégias de ensino implantadas no CPA, que havia sido praticada no SEV, era chamada de "métodos ativos" ou estudos do meio: *as atividades de estudos seriam desenvolvidas como atividades de pesquisas elaboradas pelos alunos e, desse modo, mais do que aprendizado, promoveriam a iniciação científica dos educandos* (NEVES, 2010: 88).

A professora Joana Neves recorda-se com muito entusiasmo das duas primeiras turmas de Estudos Sociais do CPA, caracterizada pelo interesse e participação dos alunos, constituídas na maior parte de professores leigos. Alguns desses professores haviam sido habilitados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário/CADES na década de 1960. Dispor de um ambiente receptivo às ideias dos professores parece ter sido decisivo para entusiasmá-los, sendo elemento importante para sua permanência no local:

> As duas turmas iniciais eram, praticamente, constituídas de professores das escolas locais, que buscavam no curso superior, a formação oficial para o exercício da profissão. Não estavam, porém, em busca do "certificado" (que, àquelas alturas nem lhes era mais necessário) e sim em busca de uma melhor formação. Na maioria, eram pessoas adultas, já com famílias constituídas, sérias e responsáveis que, atendendo ao chamado de uma de suas mais prestigiadas conterrânea, Dóris (…), buscaram o conhecimento prometido pela Faculdade. E

> não só buscavam: exigiam. E todos eram assim, nas duas turmas. As segundas turmas [de 1972] mantiveram esse perfil, já mais nuançado, contudo. As turmas seguintes foram constituídas por alunos "normais" (Correspondência Eletrônica Joana Neves, 2014).

As lembranças de Joana Neves sobre as duas primeiras turmas remetem-se a uma situação curiosa: uma vez que a clientela era composta por professores leigos, alguns professores tiveram de reduzir sua carga horária nas escolas, e os professores da Universidade foram substituir seus alunos:

> nós tiramos da sala de aula (...) alguns dos principais professores dessas escolas, (...) fomos substituir os nossos alunos nas aulas que eles davam. (...) Então eu tomei muito cuidado com as minhas turmas, principalmente com as duas primeiras, porque elas tinham esse perfil: quase todas mais velhas do que eu, acho que não tinha nenhum aluno mais novo do que eu, poucos. Aí nesse ponto que eu acho que a minha experiência no Vocacional foi fundamental. Educação, ensino, é trabalho de equipe; o que eu vou fazer é formar uma equipe com esse grupo, e fazermos trabalhar em equipe (Entrevista Joana Neves, 2014).

Na década de 1970, era comum os professores dos Centros Pedagógicos lecionarem nas escolas de 1º e 2º graus. Em 1972, na cidade de Aquidauana, dos *16 Professores secundários, licenciados em nível superior; dêsses, 12 [pertenciam] ao quadro docente do CPA*.[10]

De forma a coroar os trabalhos desenvolvidos pelas primeiras turmas, um grupo de alunos, junto com a professora Joana Neves, apresentou trabalho no Simpósio da ANPUH, em 1973, intitulado *Fontes primárias para a história de Aquidauana*: a ata de fundação e o primeiro decreto municipal. Tamanho foi o entusiasmo de Joana Neves com o trabalho, que demandou esforço coletivo de pesquisa dos alunos – estimulado a criação da *Secção de Obras Raras da Biblioteca do C.P.A.* –, em um curso de licenciatura curta em Estudos Sociais, que, após a apresentação do trabalho,

> (...) e lá, num boteco, em Aracaju, eu escrevi uma carta que eu disse que era o diploma deles de História. Eles são a minha primeira turma de História e eu fiz a colação de grau deles lá num boteco em Aracaju, depois da apresentação desse trabalho (Entrevista Joana Neves, 2014).

Para formar a biblioteca, o CPA incorporou o acervo da Biblioteca Municipal de Aquidauana. A criação da Seção de Obras Raras foi um esforço institucional de ampliação do campo histórico, tal como os Centros ou Núcleos de Documentação que foram criados

[10] Ofício nº 30/72. Da Diretoria do CPA à Reitoria da UEMT. Assunto: solicitação. Aquidauana, [15] de março de 1972. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.

anos mais tarde nas unidades da UFMS de Dourados e Três Lagoas. No CPA/CEUA[11], esse projeto não teve continuidade. Contudo, os documentos coletados para a Seção de Obras Raras possibilitou bons frutos, um primeiro incentivo à pesquisa histórica regional, a começar pela formação dos próprios professores da universidade, como, por exemplo, ter estimulado a dissertação de mestrado de Joana Neves, intitulada *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal.*

A relativa facilidade de acesso à cidade de Aquidauana favoreceu que alguns professores iniciassem cursos de pós-graduação na primeira metade da década de 1970, mesmo na ausência de uma política institucional formal da UEMT para a qualificação do corpo docente. No CPA, os dois primeiros professores a iniciarem o mestrado em História foram Joana Neves, na USP, e Mário Baldo, na UFPR; ambos os professores conseguiram afastamento para efetuar as atividades de créditos, negociados de modo diferente. Joana Neves narra como foi o período em que cursou os créditos do mestrado:

> Eu fiz os créditos em [19]73 viajando toda semana para São Paulo, de ônibus, e a Universidade me dava as passagens. Não me dava estadia porque eu tinha onde ficar em São Paulo; ia para minha casa, não tinha problema. No primeiro semestre de 74 eu fui afastada com vencimentos, tudo, para terminar os créditos, porque estava uma loucura aquela história de viajar toda semana. Mas ainda assim eu concentrei os meus cursos. Eu dei as disciplinas que eu deveria dar naquele semestre, mas dei de forma concentrada, mas fui afastada, a Universidade me concedeu esse afastamento (Entrevista Joana Neves, 2014).

O Centro Pedagógico de Aquidauana deixou diversos vestígios dos esforços realizados para caracterizá-lo enquanto uma instituição imanente das aspirações da comunidade. Nesse sentido, a primeira via de ação foi lançada para "sanar" os problemas de formação do professorado, sendo esta a principal função do campo histórico nos Centros Pedagógicos da UEMT:

> Foi feito uma pesquisa na comunidade para ver do que seria viável, e do que havia necessidade. A cidade tinha poucos professores formados. O que que havia era militares assumindo funções de magistério. Aí o militar ia embora, tinha que substituir, quer dizer, faltava de fato mão de obra nesse setor. Professor de Matemática, de Física, era terrível. Com a iniciação do Centro, a parte de Português praticamente foi sanada. Nossas ex-alunas foram assumindo não só salas de aulas como direções e foi possível dar uma alavancagem para o ensino em Aquidauana. *Estudos Sociais, porque permitia uma caracterização de dados*

[11] Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul e a federalização da UEMT, os Centros Pedagógicos passaram a se chamar Centros Universitários, unidades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O CPA tornou-se Centro Universitário de Aquidauana/CEUA.

> *numa linha histórica e numa linha espacial*[12]. Então a História e a Geografia foram os setores escolhidos. Posteriormente foram criados novos cursos tal, mas efetivamente eram esses dois que tinham começado (Entrevista Arnaldo Begossi, 2013).

O professor Arnaldo Begossi destaca o papel da Universidade na formação de mão de obra para o mercado de trabalho da educação. Sua fala exemplifica o motivo da escolha de se criar o curso de Estudos Sociais, sensível, sobretudo, às autoridades educacionais da década de 1970. Isto é, para os membros do Conselho Estadual de Educação, que autorizavam o funcionamento dos cursos, sem serem formados na área para qual deliberavam, Estudos Sociais representava um curso "dois em um", composto pelos conhecimentos de Geografia e História, e, também, de Sociologia. Para o pensamento técnico-educacional, recomendar a criação dos cursos de Estudos Sociais serviria ainda para evitar gastos "desnecessários" aos cofres públicos.

Ainda no ano de 1974, iniciaram-se os cursos de complementação em Geografia e História para os egressos do curso de Estudos Sociais, mesmo sem este ter sido reconhecido pelo CFE:

> Nós fizemos um pouco uma situação de fato consumado. A gente criou as disciplinas que seriam da complementação. Os alunos foram fazendo, sem muita formalidade, e aí uma hora isso seria formalizado. E aí daquele jeito: – olha, as disciplinas já foram dadas, os alunos já fizeram, já têm os créditos, agora vai dizer que não vai? Esse tipo de coisa a Dóris fazia com muita arte (Entrevista Joana Neves, 2014).

Em 1973, durante a fase de institucionalização do CPA, tinha-se como meta de expansão o oferecimento dos cursos de Letras e Estudos Sociais, na modalidade licenciatura plena e o oferecimento do curso de Ciências, licenciatura curta. Em ofício datado do dia 13 de setembro de 1973, a diretora Dóris Trindade comunicou ao governador do Estado que o *Conselho de Ensino e Pesquisa da UEMT em reunião realizada a 26 de outubro último* havia emitido *parecer técnico favorável* para a *modificação dos níveis dos [cursos] já existentes Estudos Sociais e Letras*[13]. Restaria ao CEE-MT a aprovação da mudança dos níveis dos cursos. Dóris mostrava-se atenta à situação e, ao que parece, teria sido avisada do resultado da reunião antes mesmo da Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UEMT, pois, no dia 20 de novembro, a mesma comunicou ao referido órgão da Universidade

[12] Grifos meu.
[13] Ofício nº 199/73. Da Diretora do CPA ao Governador do Estado de Mato Grosso. Aquidauana, 13 de novembro de 1973. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.

que o CEE-MT aprovou a criação dos cursos de Ciências, licenciatura curta, e *a passagem dos Cursos de Estudos Sociais e Letras, 1º grau para o nível de licenciatura plena, com ampliação de vagas, de 30 para 40*. O documento registra que a informação foi recebida *através de chamada telefônica*, e que aguardava instruções para permitir a inclusão dos novos cursos no vestibular de janeiro de 1974.[14]

O curso de Estudos Sociais nunca chegou oficialmente a funcionar como licenciatura plena, embora tenha oferecido cursos de complementação em Geografia e História aos egressos do curso de Estudos Sociais. As complementações foram pensadas como resultado do desenvolvimento dos trabalhos da licenciatura curta. Uma vez que a região passasse a contar com professores habilitados para o 1º grau, a etapa seguinte seria oferecer oportunidade de crescimento profissional para esses professores. Segundo o professor Arnaldo Begossi, os cursos de complementação foram projetados de acordo com a disponibilidade da clientela:

> E quando nós montamos cursos de História e Geografia, nós também fizemos uns cursos que pegava quinta, sexta, sábado e às vezes o domingo, que era para o pessoal da redondeza. Então se pegava pessoas de Porto Murtinho, mais distantes que vinham, pousavam e aí nós começamos a pensar em alojamento, nós já conseguimos fazer até alojamentos para professores aí. Então o professor de fora vinha, ele tinha cama para dormir, tinha banheiro, oferecia refeição (Entrevista Arnaldo Begossi, 2013).

O CPA teria elevado a educação ao qualificar professores para o mercado de trabalho e, dessa forma, oportunizado ascensão social a seus alunos que se tornaram professores. Para os egressos das licenciaturas curtas, os cursos de complementação apresentavam-se como uma oportunidade de crescimento profissional e, para os agentes que cultivavam o campo, uma possibilidade de expansão institucional, conforme o relato:

> Nós usamos a possibilidade de complementar, que era até a nossa ideia garantir que o nosso formado em Estudos Sociais tivesse habilidade, pudesse lidar com História ou Geografia, que ele direcionasse a carreira dele de professor de Estudos Sociais carregando uma formação mais específica em História, [ou] mais específica em Geografia (Entrevista Joana Neves, 2014).

Em 1974, formada a primeira turma dos cursos do CPA, iniciaram-se os cursos de licenciatura curta parcelada no campus avançado de Coxim, por meio do convênio firmado

[14] Ofício nº 201/73. Da Diretora do CPA à Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Aquidauana, 20 de novembro de 1974. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.

entre a UEMT, a Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso e o MEC. As dificuldades financeiras apresentaram desafios para esses cursos, relacionadas ao pagamento do deslocamento e estadia dos professores, à forma de utilização das verbas e ao possível atraso no recebimento dos valores.[15] Os cursos dos *Campi Avançados* eram direcionados aos professores leigos: *só podia fazer vestibular e fazer os cursos concentrados de férias nos [*Campi*] Avançados aqueles professores que eram vinculados à rede pública. E aí houve quem contestasse isso (…), que não podia fazer reservas de vagas* (Entrevista Joana Neves, 2014).

Em 1976, a professora Joana Neves apresentou argumentos sobre sua situação em São Paulo, onde ela poderia perder certas vantagens caso permanecesse no CPA, anunciando seu breve desligamento da Instituição,[16] seguindo suas motivações profissionais:

> A minha ideia era: eu viria pra cá, e, num determinado momento, quando tivesse formado a primeira turma, quando os nossos alunos, os nossos formandos tivessem condição de assumir a Escola, num certo sentido isso aconteceu, alguns dos nossos professores se tornaram professores do CPA, alguns com muitos conflitos, problemas. Na minha cabeça assim: estando consolidada essa escola, esse Centro, eu podia cuidar da vida. Eu tinha planos mesmo, voltar para São Paulo, terminar o meu mestrado, porque o mestrado foi feito junto com todas as outras atividades (Entrevista Joana Neves, 2014).

A decisão de se mudar de Aquidauana, de acordo com Joana Neves, começou a ser alimentada após conhecer o projeto do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR – da UFMT, em Cuiabá. Joana inteirou-se deste projeto em uma de suas atividades acadêmicas, o estudo do meio:

> Mas, na verdade, o que moveu a minha saída de Aquidauana foi o fato de eu ter conhecido o NDIHR, da criação do NDIHR: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Eu conheci justamente na excursão que eu levei os meus alunos de História para Cuiabá, para fazer um estudo do meio em Cuiabá. (…) Na de [19]75, fazia parte do estudo do meio conhecer a Universidade Federal. A minha turma estava lá conhecendo a Universidade Federal, e eu fui recebida pelo Reitor Gabriel Novis Neves[17] na Reitoria. E como eu não tinha o que fazer, ele não ia ficar conversando o tempo todo comigo porque afinal ele tinha o que fazer, ele falou: – olha professora, gostaria que a senhora tomasse conhecimento deste projeto. Era um projeto enorme, fantástico, de criação de dois Núcleos. Eram Núcleos que visavam organizar em dois pontos diferentes do país um programa disso que o nome está dizendo, documentação e informação histórica regional, desde organização de arquivos, acervos, até o desenvolvimento de

[15] Ata nº 11/74. Aquidauana, 12 de dezembro de 1974, p. 7. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.
[16] Ata de reunião do Conselho Departamental. Aquidauana, 20 de março de 1976. Arquivo da BPRAM/CPAQ/UFMS.
[17] Gabriel Novis Neves havia sido Secretário de Educação no governo Pedro Pedrossian.

> linhas de pesquisa ligadas à temática regional. Foram criados dois Núcleos: um em Cuiabá, que é a raiz desse projeto chamado Projeto Cuiabania, e outro em João Pessoa (Entrevista Joana Neves, 2014).

Em 1978, Joana Neves seria contratada pela Universidade Federal da Paraíba, instituição que a partir de 1976 contratava *vários professores com registros políticos comprometedores*, estratégia que tornou a UFPB um centro importante na área de ciências humanas e sociais (MOTTA, 2014: 236).

Com a saída da professora Joana Neves e, logo em seguida, da professora Dorothéa Beisegel, a área de História do CPA ficou deficitária de professores, e um problema administrativo ainda não havia sido resolvido: o reconhecimento do curso de Estudos Sociais.

No âmbito estadual, o CEE-MT emitiu o Parecer nº *2.272, de 01 Set. 77. Reconhece os Cursos de Licenciatura em Estudos Sociais e Ciências, no Centro Pedagógico de Aquidauana da UEMT* (*Brasil Universitário,* 1978: 36). Contudo, sabe-se que o curso de Estudos Sociais só foi reconhecido pelo CFE no início da década de 1980 e, logo em seguida, iniciado seu processo de desativação, com a criação dos cursos de Geografia e História. Até aquele momento, o CPA/CEUA esteve impedido de encaminhar à expedição os diplomas dos alunos que fizeram os cursos do Departamento de Estudos Sociais. Tão somente após a regularização dos cursos de Estudos Sociais, licenciatura curta, e consequentemente dos cursos de complementação em Geografia e História, os egressos receberam seus diplomas.

Embora não tenha sido possível a localização da documentação referente ao processo de reconhecimento do curso de Estudos Sociais, infere-se que os problemas para o não reconhecimento do curso pelo Conselho Federal de Educação foram de ordem administrativa, embora esses poderiam incorrer na esfera pedagógica, conforme informações emitidas pelo então diretor do Centro Universitário de Três Lagoas/CEUL:

> O Centro de Aquidauana teve problemas de registro acadêmico. Não sei a razão interna desses problemas, mas eles estavam com muita dificuldade em reconhecimento dos cursos do CEUA junto ao Ministério [da Educação]. Isso por que não havia uma regularidade de controle acadêmico (...). E, pela dificuldade de registrar diplomas, a Reitoria então nos solicitou, ao CEUL, que era um dos mais organizados, para que fizesse uma intervenção junto ao CEUA no sentido de fazer os procedimentos administrativos que foram necessários para o reconhecimento dos cursos (Entrevista Germano Molinari, 2013).

Um dos prováveis motivos do CEUL ter sido escolhido para se responsabilizar pela regularização dos cursos de Estudos Sociais, Geografia e História do CPA/CEUA, era o

então diretor do CEUL ter recebido apoio do Reitor Edgard Zardo na sua candidatura, que o nomeou para o cargo de Diretor após eleição pela lista tríplice.

Reconhecido o curso de Estudos Sociais e estruturado o projeto para o curso de licenciatura plena em História, o campo histórico em Aquidauana começava uma nova fase, com professores ainda mais atentos à necessidade dos títulos de mestrado e doutorado. Novos professores foram contratados e, na década de 1980, o CEUA ofereceu o primeiro curso de especialização em História.

Considerações finais

Durante a primeira metade da década de 1970, as atividades do corpo docente do CPA apresentaram uma forte característica dinâmica, retraindo-se na segunda metade dessa década. Na administração de Dóris Trindade, o Centro Pedagógico de Aquidauana chegou a ser referência dentro da UEMT. A forte vinculação da administração do CPA com a "elite" local foi determinante para a implantação da Universidade em Aquidauana naquele momento, associada aos anseios profissionais dos professores que se comportaram enquanto agentes institucionais e agentes do seu *metier*.

Com o desligamento de Dóris Trindade das atividades da direção, problemas aparentemente administrativos foram se acumulando, e, após a saída da professora Joana Neves, ocorreu uma situação delicada ao Centro Pedagógico: a responsabilização do CEUL para regulamentar os cursos do Departamento de Estudos Sociais do CPA/CEUA.

As iniciativas do CPA buscaram atingir o eixo proposto pela Reforma Universitária: ensino, pesquisa e extensão. A esfera do ensino era a que dava a base para a Universidade: formar mão de obra qualificada. Com relação à pesquisa, algumas atividades foram realizadas, e incentivaram as dissertações de mestrado de Joana Neves e Mário Baldo. Já a extensão, a vinculação entre a Universidade e a sociedade, foi uma característica ressaltada no CPA. A documentação demonstrou em certos momentos a Universidade oferecendo seus serviços educacionais à comunidade, como uma forma de retribuição simbólica do auxílio que a sociedade fazia ao Centro Pedagógico.

No final da década de 1970, o CPA/CEUA ressentiu-se de atores que prosseguissem com o processo de institucionalização e ampliação das suas atividades. E, a ausência do reconhecimento dos cursos do Departamento de Estudos Sociais, pelo Conselho Federal de Educação, demonstrou a fragilidade da Universidade em Aquidauana, à medida que alguns problemas não foram resolvidos por meio de acordos, como os realizados durante a gestão de Dóris Trindade.

Durante a década de 1970, o CPA foi uma instituição de interesse político no sul do antigo estado de Mato Grosso. No entanto, a cidade de Aquidauana apresentava poucos atrativos que garantissem a permanência do corpo docente no CPA, uma vez que, no Centro Pedagógico, poucos professores eram contratados por tempo integral, e o maior centro urbano da região atraía para si a atenção dos professores da Universidade, interferindo na forma de socialização acadêmica/institucional. Desse modo, as articulações administrativas, no momento de consolidação dos cursos do Departamento de Estudos Sociais, foram prejudicadas.

Diferentemente dos demais lugares que abrigaram o campo histórico no sul do antigo estado de Mato Grosso, em Aquidauana, havia uma espécie de projeto inserido nas preocupações do campo educacional, desde o início de suas atividades. Visualizava-se para o conhecimento histórico a necessidade de realizar pesquisa empírica sobre a realidade local e a interação entre professores de diversas disciplinas e áreas de formação, o que configuraria o Centro Pedagógico em um ambiente de ensino interdisciplinar. O trânsito de professores na Universidade em Aquidauana abalou esse projeto, e parte da motivação trazida pela experiência no SEV não foi mantida.

Neste trabalho, nota-se a relevância do papel de iniciativa dos agentes do campo que, ao negociar seus próprios interesses, inserindo-se na estrutura de poder da Universidade, dialogavam com o contexto da época, durante uma importante fase no país de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em História. As articulações realizadas para a ampliação das atividades do campo histórico demonstram sua dependência com a esfera institucional, na qual perpassam negociações, resistências, entendimentos e motivações para viabilizar o ambiente onde atua a grande maioria dos profissionais da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil Universitário. A Universidade Estadual de Mato Grosso e o desenvolvimento. São Paulo, ano 35, n. 97, 1978.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada.* 8ª edição. Campinas: Papirus, 1993.

GALETTI, Lylia da S. Guedes. O Estigma da Barbárie e a Identidade Regional*. Revista da Pós-Graduação em História.* Brasília: UnB, Nº 2, Vol. 3, 1995.

MATO GROSSO. Álbum especial do Govêrno de Pedro Pedrossian. *Mato Grosso, um salto no tempo.* Brasília: C. R. Editôra, 1971.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEVES, Joana. *O Ensino Público Vocacional em São Paulo*: renovação educacional como desafio político (1961-1970). 2010. 340f. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo.

VERZA FILHO, Mário. *O Centro Pedagógico de Aquidauana*: gestão – Dóris Mendes Trindade. Monografia apresentada ao professor Dr. Carlos Frederico Corrêa da Costa na Disciplina Pesquisa Histórica. Centro Universitário de Aquidauana. Departamento de História. UFMS, 1996.

ENTREVISTAS

Arnaldo Begossi (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Aquidauana, MS. 15 de julho de 2013. 1h 24min.

Germano Molinari Filho (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Três Lagoas, MS. 25 de novembro de 2013. 2h.

Jandira Trindade (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Aquidauana, MS. 13 de julho de 2013. 36min.

Joana Neves (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Aquidauana, MS. 13 de outubro de 2014. 3h.

____. Correspondência Eletrônica: João Pessoa - Dourados, 2014.

Mário Baldo (áudio digital). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Cidade: Aquidauana, MS. 15 de julho de 2013. 1h 26min.

ARQUIVOS

BPRAM – Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda. Campus de Aquidauana/UFMS.

Escola Estadual Dóris Mendes Trindade. Arquivo de Dóris Mendes Trindade. Aquidauana, MS.

Recebido em: 01/12/2014

Aprovado em: 15/01/2015